DOI : 10.31240/2595-1165.vol7n13a2024pp160-181

Comentário à sentença de Mons. Davide Salvatori de 14 de março de 2024

Vincenzo Fasano[1]

Português

Sobre a exclusão do bonum sacramenti (cân. 1101 § 2 CIC). A doutrina agostiniana dos *bona matrimonii* conserva plena relevância hermenêutica para a compreensão do consentimento matrimonial, especialmente nas causas de simulação. Embora o Código de Direito Canônico vigente utilize a linguagem das propriedades essenciais do matrimônio, indicando expressamente a unidade e a indissolubilidade (cf. cân. 1056 CIC), a tradição canônica continua a reconhecer no *bonum prolis*, no *bonum fidei* e no *bonum sacramenti* categorias particularmente aptas para identificar o conteúdo jurídico da vontade matrimonial. O *bonum sacramenti* exprime, em sentido próprio, a estabilidade definitiva do vínculo conjugal, isto é, a sua perpetuidade e indissolubilidade. Por isso, a sua exclusão não consiste em uma simples dificuldade psicológica de aceitar a vida comum, nem em uma previsão pessimista acerca do futuro da convivência, mas na recusa positiva de assumir o matrimônio como vínculo irrevogável. A exclusão do *bonum sacramenti* verifica-se quando o contraente, no próprio ato de consentir, conserva para si a faculdade de romper o vínculo caso a vida conjugal venha a se revelar insatisfatória, difícil ou contrária às suas expectativas. O objeto do ato simulatório não é propriamente o divórcio civil enquanto insti-

[1] Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

tuto jurídico, mas a reserva interior do direito de dissolver o vínculo matrimonial. Por essa razão, a simples aceitação cultural do divórcio, a mentalidade divorcista ou a opinião favorável à dissolução civil do matrimônio não bastam, por si mesmas, para invalidar o consentimento. É necessário demonstrar que tal orientação tenha sido assumida pelo contraente como verdadeira limitação do consentimento matrimonial, de modo que ele não tenha querido obrigar-se definitivamente. A fórmula *si casus ferat* ('se o caso se apresentar') deve ser compreendida precisamente nesse sentido: não como mero receio de um possível fracasso, mas como cautela deliberada pela qual o nubente se reserva a liberdade de dissolver o vínculo se determinadas circunstâncias vierem a ocorrer. Tal reserva é incompatível com o *bonum sacramenti*, porque subordina a permanência do vínculo a uma condição futura e retira do consentimento a aceitação da indissolubilidade como propriedade essencial do matrimônio [Sentença, §§ 5-9].

Sobre o ato positivo de vontade na exclusão da indissolubilidade. A simulação matrimonial exige sempre um *actus positivus voluntatis*, isto é, um ato real da vontade mediante o qual o contraente exclui o matrimônio em si mesmo, algum elemento essencial ou alguma propriedade essencial do vínculo. Não basta, portanto, a existência de dúvidas, hesitações, opiniões contrárias à doutrina católica ou uma disposição habitual desfavorável à indissolubilidade. A vontade juridicamente relevante deve ultrapassar o plano da mera ideia ou da simples inclinação interior e traduzir-se em uma determinação concreta de não assumir aquilo que exteriormente se declara aceitar. A tradição jurisprudencial distingue, por isso, entre *nolle* e *velle non*: não é suficiente que o sujeito não deseje abstratamente certa exigência do matrimônio; é necessário que queira positivamente não assumi-la como obrigatória para si. O ato pode ser explícito ou implícito, atual ou virtual, desde que permaneça eficaz no momento da prestação do consentimento. Nas causas de exclusão do *bonum sacramenti*, o ponto decisivo não é verificar se o contraente admitia teoricamente a existência do divórcio, mas se ele se reservou positivamente a faculdade de romper o vínculo conjugal. A prova dessa reserva exige a identificação de uma verdadeira determinação da vontade, capaz de atingir o próprio objeto do consen-

timento matrimonial [Sentença, §§ 6-9].

Sobre a falta de fé e a validade do matrimônio. A falta de fé, considerada em si mesma, não produz a nulidade do matrimônio entre batizados. A validade do consentimento matrimonial não depende da intensidade da vida espiritual dos nubentes, nem da sua prática religiosa efetiva, mas da existência de um verdadeiro ato de vontade dirigido à constituição do vínculo conjugal. A tradição sacramental da Igreja, desde Santo Agostinho até a teologia escolástica e o magistério posterior, distingue entre a validade objetiva do sacramento e a disposição subjetiva daquele que o celebra ou recebe. Por isso, o afastamento da vida eclesial, a ausência de prática religiosa, a mentalidade secularizada ou mesmo a perda da fé não eliminam automaticamente a capacidade de contrair validamente matrimônio. Todavia, a falta de fé pode adquirir relevância jurídica indireta quando incide concretamente sobre a compreensão e a vontade do contraente em relação aos elementos essenciais do matrimônio. Nesse caso, ela não atua como capítulo autônomo de nulidade, mas como causa remota ou próxima de uma exclusão positiva, ou ainda como elemento capaz de sustentar um erro determinante da vontade. A questão decisiva não é saber se o contraente era subjetivamente crente, mas se a ausência de fé gerou nele uma concepção do matrimônio incompatível com a sua natureza jurídica e sacramental, de modo a afetar o próprio consentimento. A falta de fé torna-se juridicamente relevante apenas quando deixa de ser mera condição espiritual ou cultural e passa a influenciar o ato voluntário pelo qual o matrimônio é constituído [Sentença, §§ 10-12].

Sobre a jurisprudência rotal contemporânea acerca da falta de fé. A jurisprudência rotal contemporânea tende de modo amplamente prevalente a excluir que a falta de fé constitua, por si só, causa direta de nulidade matrimonial. Algumas decisões atribuíram à ausência de fé uma incidência mais imediata sobre a validade do matrimônio, mas a orientação majoritária, especialmente após as intervenções pontifícias dirigidas à Rota Romana, considera que a incredulidade ou o afastamento religioso não invalidam automaticamente o consentimento. O eventual valor jurídico da falta de fé deve ser procurado nos seus reflexos sobre a vontade matrimonial. Ela pode explicar a origem de

uma mentalidade contrária à indissolubilidade, à sacramentalidade, à abertura à prole ou ao próprio *bonum coniugum*; pode ainda constituir o contexto no qual se forma uma decisão positiva de excluir uma propriedade ou um elemento essencial do matrimônio. Essa abordagem evita dois riscos opostos: por um lado, reduzir o matrimônio sacramental a um simples contrato sociológico dependente da sensibilidade religiosa dos nubentes; por outro, transformar a falta de fé em um novo capítulo autônomo de nulidade não previsto pelo legislador. O critério permanece sempre o mesmo: somente aquilo que incide sobre o objeto do consentimento e sobre a vontade juridicamente eficaz do contraente pode ter relevância invalidante [Sentença, § 13].

Sobre a prova da simulação matrimonial. A prova da simulação exige uma investigação prudente e rigorosa, porque o ato simulatório pertence à esfera interna da pessoa e raramente se manifesta de forma direta e inequívoca. A jurisprudência rotal elaborou, por isso, um método probatório fundado na convergência entre prova direta e prova indireta. A prova direta encontra o seu núcleo principal na confissão do simulante, judicial ou extrajudicial, especialmente quando confirmada por testemunhas dignas de fé e coerente com os demais elementos dos autos. A prova indireta resulta da análise da *causa simulandi*, da *causa contrahendi* e das circunstâncias antecedentes, concomitantes e subsequentes ao matrimônio. A *causa simulandi* permite compreender por que o contraente teria excluído determinado elemento ou propriedade essencial; a *causa contrahendi* explica, ao contrário, por que ele, apesar dessa exclusão, decidiu celebrar o matrimônio. O confronto entre essas duas causas assume particular importância, pois permite verificar se a vontade simulatória é proporcional, coerente e compatível com o comportamento global do contraente. As circunstâncias do caso devem ser avaliadas não como indícios isolados, mas como elementos reciprocamente conexos, capazes de revelar a intenção efetiva existente no momento do consentimento. A certeza moral não nasce de uma prova única e decisiva, mas da convergência harmônica de todos os elementos legitimamente incorporados aos autos, apreciados segundo os critérios de credibilidade, coerência interna e coerência externa indicados pelo cân. 1572 CIC. Nas causas de simulação, o juiz não deve limitar-se a

registrar declarações favoráveis ou contrárias à nulidade, mas deve reconstruir criticamente a verdadeira vontade matrimonial do contraente à luz de todo o conjunto probatório [Sentença, § 14].

Italiano

*Sull'esclusione del bonum sacramenti (can. 1101 § 2 CIC)***.** La dottrina agostiniana dei *bona matrimonii* conserva piena rilevanza ermeneutica per la comprensione del consenso matrimoniale, specialmente nelle cause di simulazione. Sebbene il Codice di Diritto Canonico vigente utilizzi il linguaggio delle proprietà essenziali del matrimonio, indicando espressamente l'unità e l'indissolubilità (cfr. can. 1056 CIC), la tradizione canonica continua a riconoscere nel *bonum prolis*, nel *bonum fidei* e nel *bonum sacramenti* categorie particolarmente idonee a identificare il contenuto giuridico della volontà matrimoniale. Il *bonum sacramenti* esprime, in senso proprio, la stabilità definitiva del vincolo coniugale, cioè la sua perpetuità e indissolubilità. Perciò, la sua esclusione non consiste in una semplice difficoltà psicologica di accettare la vita comune, né in una previsione pessimistica circa il futuro della convivenza, ma nel rifiuto positivo di assumere il matrimonio come vincolo irrevocabile. L'esclusione del *bonum sacramenti* si verifica quando il contraente, nello stesso atto di prestare il consenso, conserva per sé la facoltà di rompere il vincolo qualora la vita coniugale venga a rivelarsi insoddisfacente, difficile o contraria alle sue aspettative. L'oggetto dell'atto simulatorio non è propriamente il divorzio civile in quanto istituto giuridico, ma la riserva interiore del diritto di sciogliere il vincolo matrimoniale. Per questa ragione, la semplice accettazione culturale del divorzio, la mentalità divorzista o l'opinione favorevole alla dissoluzione civile del matrimonio non bastano, di per sé, a invalidare il consenso. È necessario dimostrare che tale orientamento sia stato assunto dal contraente come vera limitazione del consenso matrimoniale, in modo che egli non abbia voluto obbligarsi definitivamente. La formula *si casus ferat* ("se il caso si presentasse") deve essere compresa precisamente in questo senso: non come mero timore di un possibile fallimento, ma come cautela deliberata mediante la quale il nubente si riserva la libertà

di sciogliere il vincolo qualora determinate circostanze vengano a verificarsi. Tale riserva è incompatibile con il *bonum sacramenti*, perché subordina la permanenza del vincolo a una condizione futura e sottrae al consenso l'accettazione dell'indissolubilità come proprietà essenziale del matrimonio [Sentenza, §§ 5-9].

Sull'atto positivo di volontà nell'esclusione dell'indissolubilità. La simulazione matrimoniale esige sempre un *actus positivus voluntatis*, cioè un atto reale della volontà mediante il quale il contraente esclude il matrimonio in se stesso, qualche elemento essenziale o qualche proprietà essenziale del vincolo. Non basta, pertanto, l'esistenza di dubbi, esitazioni, opinioni contrarie alla dottrina cattolica o una disposizione abituale sfavorevole all'indissolubilità. La volontà giuridicamente rilevante deve oltrepassare il piano della mera idea o della semplice inclinazione interiore e tradursi in una determinazione concreta di non assumere ciò che esteriormente si dichiara di accettare. La tradizione giurisprudenziale distingue, perciò, tra *nolle* e *velle non*: non è sufficiente che il soggetto non desideri astrattamente una determinata esigenza del matrimonio; è necessario che voglia positivamente non assumerla come obbligatoria per sé. L'atto può essere esplicito o implicito, attuale o virtuale, purché rimanga efficace nel momento della prestazione del consenso. Nelle cause di esclusione del *bonum sacramenti*, il punto decisivo non è verificare se il contraente ammettesse teoricamente l'esistenza del divorzio, ma se egli si sia riservato positivamente la facoltà di rompere il vincolo coniugale. La prova di tale riserva esige l'identificazione di una vera determinazione della volontà, capace di incidere sullo stesso oggetto del consenso matrimoniale [Sentenza, §§ 6-9].

Sulla mancanza di fede e la validità del matrimonio. La mancanza di fede, considerata in se stessa, non produce la nullità del matrimonio tra battezzati. La validità del consenso matrimoniale non dipende dall'intensità della vita spirituale dei nubenti, né dalla loro effettiva pratica religiosa, ma dall'esistenza di un vero atto di volontà diretto alla costituzione del vincolo coniugale. La tradizione sacramentale della Chiesa, da Sant'Agostino fino alla teologia scolastica e al magistero successivo, distingue tra la validità oggettiva del sacramento e la dispo-

sizione soggettiva di colui che lo celebra o lo riceve. Perciò, l'allontanamento dalla vita ecclesiale, l'assenza di pratica religiosa, la mentalità secolarizzata o anche la perdita della fede non eliminano automaticamente la capacità di contrarre validamente matrimonio. Tuttavia, la mancanza di fede può acquistare rilevanza giuridica indiretta quando incide concretamente sulla comprensione e sulla volontà del contraente in relazione agli elementi essenziali del matrimonio. In questo caso, essa non opera come capo autonomo di nullità, ma come causa remota o prossima di un'esclusione positiva, oppure come elemento capace di sostenere un errore determinante la volontà. La questione decisiva non è sapere se il contraente fosse soggettivamente credente, ma se l'assenza di fede abbia generato in lui una concezione del matrimonio incompatibile con la sua natura giuridica e sacramentale, fino a incidere sul consenso stesso. La mancanza di fede diventa giuridicamente rilevante solo quando cessa di essere una mera condizione spirituale o culturale e passa a influenzare l'atto volontario mediante il quale il matrimonio viene costituito [Sentenza, §§ 10-12].

Sulla giurisprudenza rotale contemporanea circa la mancanza di fede. La giurisprudenza rotale contemporanea tende, in modo ampiamente prevalente, a escludere che la mancanza di fede costituisca, di per sé, una causa diretta di nullità matrimoniale. Alcune decisioni hanno attribuito all'assenza di fede un'incidenza più immediata sulla validità del matrimonio, ma l'orientamento maggioritario, specialmente dopo gli interventi pontifici rivolti alla Rota Romana, considera che l'incredulità o l'allontanamento religioso non invalidino automaticamente il consenso. L'eventuale valore giuridico della mancanza di fede deve essere ricercato nei suoi riflessi sulla volontà matrimoniale. Essa può spiegare l'origine di una mentalità contraria all'indissolubilità, alla sacramentalità, all'apertura alla prole o allo stesso *bonum coniugum*; può inoltre costituire il contesto nel quale si forma una decisione positiva di escludere una proprietà o un elemento essenziale del matrimonio. Tale approccio evita due rischi opposti: da un lato, ridurre il matrimonio sacramentale a un semplice contratto sociologico dipendente dalla sensibilità religiosa dei nubenti; dall'altro, trasformare la mancanza di fede in un nuovo capo autonomo di nullità non previsto dal legislatore.

Il criterio rimane sempre il medesimo: solo ciò che incide sull'oggetto del consenso e sulla volontà giuridicamente efficace del contraente può avere rilevanza invalidante [Sentenza, § 13].

Sulla prova della simulazione matrimoniale. La prova della simulazione esige un'indagine prudente e rigorosa, perché l'atto simulatorio appartiene alla sfera interna della persona e raramente si manifesta in forma diretta e inequivoca. La giurisprudenza rotale ha elaborato, perciò, un metodo probatorio fondato sulla convergenza tra prova diretta e prova indiretta. La prova diretta trova il suo nucleo principale nella confessione del simulante, giudiziale o extragiudiziale, specialmente quando sia confermata da testimoni degni di fede e coerente con gli altri elementi degli atti. La prova indiretta risulta dall'analisi della *causa simulandi*, della *causa contrahendi* e delle circostanze antecedenti, concomitanti e successive al matrimonio. La *causa simulandi* permette di comprendere perché il contraente avrebbe escluso un determinato elemento o una determinata proprietà essenziale; la *causa contrahendi* spiega, al contrario, perché egli, nonostante tale esclusione, abbia deciso di celebrare il matrimonio. Il confronto tra queste due cause assume particolare importanza, poiché consente di verificare se la volontà simulatoria sia proporzionata, coerente e compatibile con il comportamento complessivo del contraente. Le circostanze del caso devono essere valutate non come indizi isolati, ma come elementi reciprocamente connessi, capaci di rivelare l'intenzione effettiva esistente al momento del consenso. La certezza morale non nasce da una prova unica e decisiva, ma dalla convergenza armonica di tutti gli elementi legittimamente acquisiti al processo, valutati secondo i criteri di credibilità, coerenza interna e coerenza esterna indicati dal can. 1572 CIC. Nelle cause di simulazione, il giudice non deve limitarsi a registrare dichiarazioni favorevoli o contrarie alla nullità, ma deve ricostruire criticamente la vera volontà matrimoniale del contraente alla luce dell'intero complesso probatorio [Sentenza, § 14].

Français

Sur l'exclusion du bonum sacramenti (can. 1101 § 2 CIC). La

doctrine augustinienne des *bona matrimonii* conserve une pleine pertinence herméneutique pour la compréhension du consentement matrimonial, spécialement dans les causes de simulation. Bien que le Code de droit canonique en vigueur utilise le langage des propriétés essentielles du mariage, en indiquant expressément l'unité et l'indissolubilité (cf. can. 1056 CIC), la tradition canonique continue de reconnaître dans le *bonum prolis*, le *bonum fidei* et le *bonum sacramenti* des catégories particulièrement aptes à identifier le contenu juridique de la volonté matrimoniale. Le *bonum sacramenti* exprime, au sens propre, la stabilité définitive du lien conjugal, c'est-à-dire sa perpétuité et son indissolubilité. C'est pourquoi son exclusion ne consiste pas en une simple difficulté psychologique à accepter la vie commune, ni en une prévision pessimiste concernant l'avenir de la vie commune, mais dans le refus positif d'assumer le mariage comme lien irrévocable. L'exclusion du *bonum sacramenti* se vérifie lorsque le contractant, dans l'acte même de consentir, conserve pour lui-même la faculté de rompre le lien au cas où la vie conjugale viendrait à se révéler insatisfaisante, difficile ou contraire à ses attentes. L'objet de l'acte simulatoire n'est pas proprement le divorce civil en tant qu'institution juridique, mais la réserve intérieure du droit de dissoudre le lien matrimonial. Pour cette raison, la simple acceptation culturelle du divorce, la mentalité divorciste ou l'opinion favorable à la dissolution civile du mariage ne suffisent pas, par elles-mêmes, à invalider le consentement. Il est nécessaire de démontrer qu'une telle orientation a été assumée par le contractant comme une véritable limitation du consentement matrimonial, de sorte qu'il n'ait pas voulu s'obliger définitivement. La formule *si casus ferat* (« si le cas se présente ») doit être comprise précisément en ce sens : non comme une simple crainte d'un possible échec, mais comme une précaution délibérée par laquelle le nupturient se réserve la liberté de dissoudre le lien si certaines circonstances venaient à se produire. Une telle réserve est incompatible avec le *bonum sacramenti*, parce qu'elle subordonne la permanence du lien à une condition future et retire du consentement l'acceptation de l'indissolubilité comme propriété essentielle du mariage [Sentence, §§ 5-9].

Sur l'acte positif de volonté dans l'exclusion de l'indissolubilité.

La simulation matrimoniale exige toujours un *actus positivus voluntatis*, c'est-à-dire un acte réel de la volonté par lequel le contractant exclut le mariage lui-même, un élément essentiel ou une propriété essentielle du lien. Ne suffisent donc pas l'existence de doutes, d'hésitations, d'opinions contraires à la doctrine catholique ou une disposition habituelle défavorable à l'indissolubilité. La volonté juridiquement pertinente doit dépasser le plan de la simple idée ou de la simple inclination intérieure et se traduire par une détermination concrète de ne pas assumer ce que, extérieurement, l'on déclare accepter. La tradition jurisprudentielle distingue, pour cette raison, entre *nolle* et *velle non* : il ne suffit pas que le sujet ne désire pas abstraitement une certaine exigence du mariage ; il est nécessaire qu'il veuille positivement ne pas l'assumer comme obligatoire pour lui-même. L'acte peut être explicite ou implicite, actuel ou virtuel, pourvu qu'il demeure efficace au moment de la prestation du consentement. Dans les causes d'exclusion du *bonum sacramenti*, le point décisif n'est pas de vérifier si le contractant admettait théoriquement l'existence du divorce, mais s'il s'est positivement réservé la faculté de rompre le lien conjugal. La preuve de cette réserve exige l'identification d'une véritable détermination de la volonté, capable d'atteindre l'objet même du consentement matrimonial [Sentence, §§ 6-9].

Sur le manque de foi et la validité du mariage. Le manque de foi, considéré en lui-même, ne produit pas la nullité du mariage entre baptisés. La validité du consentement matrimonial ne dépend pas de l'intensité de la vie spirituelle des nupturients, ni de leur pratique religieuse effective, mais de l'existence d'un véritable acte de volonté orienté vers la constitution du lien conjugal. La tradition sacramentelle de l'Église, depuis saint Augustin jusqu'à la théologie scolastique et au magistère postérieur, distingue entre la validité objective du sacrement et la disposition subjective de celui qui le célèbre ou le reçoit. C'est pourquoi l'éloignement de la vie ecclésiale, l'absence de pratique religieuse, la mentalité sécularisée ou même la perte de la foi n'éliminent pas automatiquement la capacité de contracter validement mariage. Toutefois, le manque de foi peut acquérir une pertinence juridique indirecte lorsqu'il influe concrètement sur la compréhension et la volonté

du contractant par rapport aux éléments essentiels du mariage. Dans ce cas, il n'agit pas comme un chef autonome de nullité, mais comme cause éloignée ou prochaine d'une exclusion positive, ou encore comme élément capable de soutenir une erreur déterminante de la volonté. La question décisive n'est pas de savoir si le contractant était subjectivement croyant, mais si l'absence de foi a engendré en lui une conception du mariage incompatible avec sa nature juridique et sacramentelle, au point d'affecter le consentement lui-même. Le manque de foi devient juridiquement pertinent seulement lorsqu'il cesse d'être une simple condition spirituelle ou culturelle et commence à influencer l'acte volontaire par lequel le mariage est constitué [Sentence, §§ 10-12].

Sur la jurisprudence rotale contemporaine concernant le manque de foi. La jurisprudence rotale contemporaine tend, de manière largement prévalente, à exclure que le manque de foi constitue, par lui-même, une cause directe de nullité matrimoniale. Certaines décisions ont attribué à l'absence de foi une incidence plus immédiate sur la validité du mariage, mais l'orientation majoritaire, spécialement après les interventions pontificales adressées à la Rote romaine, considère que l'incrédulité ou l'éloignement religieux n'invalident pas automatiquement le consentement. L'éventuelle valeur juridique du manque de foi doit être recherchée dans ses répercussions sur la volonté matrimoniale. Il peut expliquer l'origine d'une mentalité contraire à l'indissolubilité, à la sacramentalité, à l'ouverture à la procréation ou au *bonum coniugum* lui-même ; il peut encore constituer le contexte dans lequel se forme une décision positive d'exclure une propriété ou un élément essentiel du mariage. Cette approche évite deux risques opposés : d'une part, réduire le mariage sacramentel à un simple contrat sociologique dépendant de la sensibilité religieuse des nupturients ; d'autre part, transformer le manque de foi en un nouveau chef autonome de nullité non prévu par le législateur. Le critère demeure toujours le même : seul ce qui influe sur l'objet du consentement et sur la volonté juridiquement efficace du contractant peut avoir une pertinence invalidante [Sentence, § 13].

Sur la preuve de la simulation matrimoniale. La preuve de la simulation exige un examen prudent et rigoureux, parce que l'acte simulatoire appartient à la sphère interne de la personne et se manifeste

rarement de manière directe et non équivoque. La jurisprudence rotale a donc élaboré une méthode probatoire fondée sur la convergence entre preuve directe et preuve indirecte. La preuve directe trouve son noyau principal dans l'aveu du simulant, judiciaire ou extrajudiciaire, spécialement lorsqu'il est confirmé par des témoins dignes de foi et cohérent avec les autres éléments des actes. La preuve indirecte résulte de l'analyse de la *causa simulandi*, de la *causa contrahendi* et des circonstances antécédentes, concomitantes et subséquentes au mariage. La *causa simulandi* permet de comprendre pourquoi le contractant aurait exclu un élément déterminé ou une propriété essentielle déterminée ; la *causa contrahendi* explique, au contraire, pourquoi il a décidé, malgré cette exclusion, de célébrer le mariage. La confrontation entre ces deux causes revêt une importance particulière, car elle permet de vérifier si la volonté simulatoire est proportionnée, cohérente et compatible avec le comportement global du contractant. Les circonstances du cas doivent être évaluées non comme des indices isolés, mais comme des éléments réciproquement connexes, capables de révéler l'intention effective existant au moment du consentement. La certitude morale ne naît pas d'une preuve unique et décisive, mais de la convergence harmonieuse de tous les éléments légitimement acquis au procès, appréciés selon les critères de crédibilité, de cohérence interne et de cohérence externe indiqués par le can. 1572 CIC. Dans les causes de simulation, le juge ne doit pas se limiter à enregistrer les déclarations favorables ou contraires à la nullité, mais il doit reconstruire de manière critique la véritable volonté matrimoniale du contractant à la lumière de l'ensemble du matériel probatoire [Sentence, § 14].

Español

Sobre la exclusión del bonum sacramenti (can. 1101 § 2 CIC). La doctrina agustiniana de los *bona matrimonii* conserva plena relevancia hermenéutica para la comprensión del consentimiento matrimonial, especialmente en las causas de simulación. Aunque el Código de Derecho

Canónico vigente utiliza el lenguaje de las propiedades esenciales del matrimonio, indicando expresamente la unidad y la indisolubilidad (cf. can. 1056 CIC), la tradición canónica continúa reconociendo en el *bonum prolis*, en el *bonum fidei* y en el *bonum sacramenti* categorías particularmente aptas para identificar el contenido jurídico de la voluntad matrimonial. El *bonum sacramenti* expresa, en sentido propio, la estabilidad definitiva del vínculo conyugal, es decir, su perpetuidad e indisolubilidad. Por ello, su exclusión no consiste en una simple dificultad psicológica para aceptar la vida común, ni en una previsión pesimista acerca del futuro de la convivencia, sino en el rechazo positivo de asumir el matrimonio como vínculo irrevocable. La exclusión del *bonum sacramenti* se verifica cuando el contrayente, en el propio acto de consentir, conserva para sí la facultad de romper el vínculo en caso de que la vida conyugal llegue a revelarse insatisfactoria, difícil o contraria a sus expectativas. El objeto del acto simulatorio no es propiamente el divorcio civil en cuanto instituto jurídico, sino la reserva interior del derecho de disolver el vínculo matrimonial. Por esta razón, la simple aceptación cultural del divorcio, la mentalidad divorcista o la opinión favorable a la disolución civil del matrimonio no bastan, por sí mismas, para invalidar el consentimiento. Es necesario demostrar que tal orientación haya sido asumida por el contrayente como verdadera limitación del consentimiento matrimonial, de modo que no haya querido obligarse definitivamente. La fórmula *si casus ferat* («si el caso se presenta») debe ser comprendida precisamente en este sentido: no como mero temor de un posible fracaso, sino como cautela deliberada por la cual el nubente se reserva la libertad de disolver el vínculo si determinadas circunstancias llegaran a producirse. Tal reserva es incompatible con el *bonum sacramenti*, porque subordina la permanencia del vínculo a una condición futura y priva al

consentimiento de la aceptación de la indisolubilidad como propiedad esencial del matrimonio [Sentencia, §§ 5-9].

Sobre el acto positivo de voluntad en la exclusión de la indisolubilidad. La simulación matrimonial exige siempre un *actus positivus voluntatis*, es decir, un acto real de la voluntad mediante el cual el contrayente excluye el matrimonio en sí mismo, algún elemento esencial o alguna propiedad esencial del vínculo. No basta, por tanto, la existencia de dudas, vacilaciones, opiniones contrarias a la doctrina católica o una disposición habitual desfavorable a la indisolubilidad. La voluntad jurídicamente relevante debe sobrepasar el plano de la mera idea o de la simple inclinación interior y traducirse en una determinación concreta de no asumir aquello que exteriormente se declara aceptar. La tradición jurisprudencial distingue, por ello, entre *nolle* y *velle non*: no es suficiente que el sujeto no desee abstractamente cierta exigencia del matrimonio; es necesario que quiera positivamente no asumirla como obligatoria para sí. El acto puede ser explícito o implícito, actual o virtual, siempre que permanezca eficaz en el momento de la prestación del consentimiento. En las causas de exclusión del *bonum sacramenti*, el punto decisivo no es verificar si el contrayente admitía teóricamente la existencia del divorcio, sino si se reservó positivamente la facultad de romper el vínculo conyugal. La prueba de esta reserva exige la identificación de una verdadera determinación de la voluntad, capaz de afectar el propio objeto del consentimiento matrimonial [Sentencia, §§ 6-9].

Sobre la falta de fe y la validez del matrimonio. La falta de fe, considerada en sí misma, no produce la nulidad del matrimonio entre bautizados. La validez del consentimiento matrimonial no depende de la intensidad de la vida espiritual de los nubentes, ni de su práctica religiosa efectiva, sino de la existencia de un verdadero acto de voluntad dirigido

a la constitución del vínculo conyugal. La tradición sacramental de la Iglesia, desde san Agustín hasta la teología escolástica y el magisterio posterior, distingue entre la validez objetiva del sacramento y la disposición subjetiva de quien lo celebra o lo recibe. Por ello, el alejamiento de la vida eclesial, la ausencia de práctica religiosa, la mentalidad secularizada o incluso la pérdida de la fe no eliminan automáticamente la capacidad de contraer válidamente matrimonio. Sin embargo, la falta de fe puede adquirir relevancia jurídica indirecta cuando incide concretamente sobre la comprensión y la voluntad del contrayente en relación con los elementos esenciales del matrimonio. En ese caso, no actúa como capítulo autónomo de nulidad, sino como causa remota o próxima de una exclusión positiva, o incluso como elemento capaz de sostener un error determinante de la voluntad. La cuestión decisiva no es saber si el contrayente era subjetivamente creyente, sino si la ausencia de fe generó en él una concepción del matrimonio incompatible con su naturaleza jurídica y sacramental, de modo que afectara el propio consentimiento. La falta de fe se vuelve jurídicamente relevante solo cuando deja de ser una mera condición espiritual o cultural y pasa a influir en el acto voluntario por el cual se constituye el matrimonio [Sentencia, §§ 10-12].

Sobre la jurisprudencia rotal contemporánea acerca de la falta de fe. La jurisprudencia rotal contemporánea tiende, de modo ampliamente prevalente, a excluir que la falta de fe constituya, por sí sola, causa directa de nulidad matrimonial. Algunas decisiones atribuyeron a la ausencia de fe una incidencia más inmediata sobre la validez del matrimonio, pero la orientación mayoritaria, especialmente después de las intervenciones pontificias dirigidas a la Rota Romana, considera que la incredulidad o el alejamiento religioso no invalidan automáticamente el consentimiento. El eventual valor jurídico de la falta de fe debe buscarse en sus reflejos sobre

la voluntad matrimonial. Puede explicar el origen de una mentalidad contraria a la indisolubilidad, a la sacramentalidad, a la apertura a la prole o al propio *bonum coniugum*; puede además constituir el contexto en el cual se forma una decisión positiva de excluir una propiedad o un elemento esencial del matrimonio. Este enfoque evita dos riesgos opuestos: por un lado, reducir el matrimonio sacramental a un simple contrato sociológico dependiente de la sensibilidad religiosa de los nubentes; por otro, transformar la falta de fe en un nuevo capítulo autónomo de nulidad no previsto por el legislador. El criterio permanece siempre el mismo: solo aquello que incide sobre el objeto del consentimiento y sobre la voluntad jurídicamente eficaz del contrayente puede tener relevancia invalidante [Sentencia, § 13].

Sobre la prueba de la simulación matrimonial. La prueba de la simulación exige una investigación prudente y rigurosa, porque el acto simulatorio pertenece a la esfera interna de la persona y raramente se manifiesta de forma directa e inequívoca. La jurisprudencia rotal elaboró, por ello, un método probatorio fundado en la convergencia entre prueba directa y prueba indirecta. La prueba directa encuentra su núcleo principal en la confesión del simulante, judicial o extrajudicial, especialmente cuando está confirmada por testigos dignos de fe y es coherente con los demás elementos de los autos. La prueba indirecta resulta del análisis de la *causa simulandi*, de la *causa contrahendi* y de las circunstancias antecedentes, concomitantes y subsiguientes al matrimonio. La *causa simulandi* permite comprender por qué el contrayente habría excluido determinado elemento o propiedad esencial; la *causa contrahendi* explica, en cambio, por qué decidió celebrar el matrimonio a pesar de dicha exclusión. La confrontación entre estas dos causas asume particular importancia, pues permite verificar si la voluntad simulatoria es proporcionada, coherente

y compatible con el comportamiento global del contrayente. Las circunstancias del caso deben ser valoradas no como indicios aislados, sino como elementos recíprocamente conexos, capaces de revelar la intención efectiva existente en el momento del consentimiento. La certeza moral no nace de una prueba única y decisiva, sino de la convergencia armónica de todos los elementos legítimamente incorporados al proceso, apreciados según los criterios de credibilidad, coherencia interna y coherencia externa indicados por el can. 1572 CIC. En las causas de simulación, el juez no debe limitarse a registrar declaraciones favorables o contrarias a la nulidad, sino que debe reconstruir críticamente la verdadera voluntad matrimonial del contrayente a la luz de todo el conjunto probatorio [Sentencia, § 14].

English

On the exclusion of the bonum sacramenti (can. 1101 § 2 CIC). The Augustinian doctrine of the *bona matrimonii* retains full hermeneutical relevance for the understanding of matrimonial consent, especially in cases of simulation. Although the current Code of Canon Law uses the language of the essential properties of marriage, expressly indicating unity and indissolubility (cf. can. 1056 CIC), the canonical tradition continues to recognize in the *bonum prolis*, the *bonum fidei* and the *bonum sacramenti* categories particularly suited to identifying the juridical content of the matrimonial will. The *bonum sacramenti* expresses, in the proper sense, the definitive stability of the conjugal bond, that is, its perpetuity and indissolubility. Therefore, its exclusion does not consist in a simple psychological difficulty in accepting common

llife, nor in a pessimistic forecast concerning the future of conjugal life, but in the positive refusal to assume marriage as an irrevocable bond. The exclusion of the *bonum sacramenti* occurs when the contracting party, in the very act of consenting, retains for himself or herself the right to break the bond should conjugal life come to prove unsatisfactory, difficult or contrary to his or her expectations. The object of the act of simulation is not civil divorce as such, considered as a juridical institution, but the internal reservation of the right to dissolve the matrimonial bond. For this reason, the mere cultural acceptance of divorce, a mentality favorable to divorce or an opinion favorable to the civil dissolution of marriage are not sufficient, in themselves, to invalidate consent. It is necessary to demonstrate that such an orientation was assumed by the contracting party as a true limitation of matrimonial consent, so that he or she did not wish to bind himself or herself definitively. The formula *si casus ferat* ("if the case should arise") must be understood precisely in this sense: not as a mere fear of a possible failure, but as a deliberate precaution by which the intended spouse reserves the freedom to dissolve the bond if certain circumstances should occur. Such a reservation is incompatible with the *bonum sacramenti*, because it subordinates the permanence of the bond to a future condition and removes from consent the acceptance of indissolubility as an essential property of marriage [Sentence, §§ 5-9].

On the positive act of will in the exclusion of indissolubility. Matrimonial simulation always requires an *actus positivus voluntatis*, that is, a real act of the will by which the contracting party excludes marriage itself, some essential element or some essential property of the bond. Therefore, the existence of doubts, hesitations, opinions contrary to Catholic doctrine or a habitual disposition unfavorable to indissolubility is not sufficient. The juridically relevant will must go beyond the level

of a mere idea or simple internal inclination and must be translated into a concrete determination not to assume what one outwardly declares to accept. Jurisprudential tradition therefore distinguishes between *nolle* and *velle non*: it is not sufficient that the subject does not abstractly desire a certain requirement of marriage; it is necessary that he or she positively wills not to assume it as binding upon himself or herself. The act may be explicit or implicit, actual or virtual, provided that it remains effective at the moment consent is given. In causes concerning the exclusion of the *bonum sacramenti*, the decisive point is not to verify whether the contracting party theoretically admitted the existence of divorce, but whether he or she positively reserved the right to break the conjugal bond. Proof of this reservation requires the identification of a true determination of the will, capable of affecting the very object of matrimonial consent [Sentence, §§ 6-9].

On lack of faith and the validity of marriage. Lack of faith, considered in itself, does not produce the nullity of marriage between baptized persons. The validity of matrimonial consent does not depend on the intensity of the spiritual life of the intended spouses, nor on their actual religious practice, but on the existence of a true act of will directed toward the constitution of the conjugal bond. The sacramental tradition of the Church, from Saint Augustine to scholastic theology and later magisterium, distinguishes between the objective validity of the sacrament and the subjective disposition of the one who celebrates or receives it. For this reason, estrangement from ecclesial life, absence of religious practice, a secularized mentality or even the loss of faith do not automatically eliminate the capacity to contract marriage validly. Nevertheless, lack of faith may acquire indirect juridical relevance when it concretely affects the understanding and will of the contracting party

with regard to the essential elements of marriage. In that case, it does not operate as an autonomous ground of nullity, but as a remote or proximate cause of a positive exclusion, or even as an element capable of supporting an error determining the will. The decisive question is not whether the contracting party was subjectively a believer, but whether the absence of faith generated in him or her a conception of marriage incompatible with its juridical and sacramental nature, in such a way as to affect consent itself. Lack of faith becomes juridically relevant only when it ceases to be a mere spiritual or cultural condition and begins to influence the voluntary act by which marriage is constituted [Sentence, §§ 10-12].

On contemporary rotal jurisprudence concerning lack of faith. Contemporary rotal jurisprudence tends, in a largely prevailing manner, to exclude the idea that lack of faith constitutes, by itself, a direct cause of matrimonial nullity. Some decisions have attributed to the absence of faith a more immediate impact on the validity of marriage, but the majority orientation, especially after the pontifical interventions addressed to the Roman Rota, considers that unbelief or religious estrangement do not automatically invalidate consent. The possible juridical value of lack of faith must be sought in its effects on the matrimonial will. It may explain the origin of a mentality contrary to indissolubility, sacramentality, openness to offspring or the *bonum coniugum* itself; it may also constitute the context in which a positive decision is formed to exclude a property or an essential element of marriage. This approach avoids two opposite risks: on the one hand, reducing sacramental marriage to a mere sociological contract dependent on the religious sensitivity of the intended spouses; on the other, transforming lack of faith into a new autonomous ground of nullity not provided for by the legislator. The criterion always remains the same: only that which affects the object of consent and the juridically

effective will of the contracting party can have invalidating relevance [Sentence, § 13].

On the proof of matrimonial simulation. Proof of simulation requires a prudent and rigorous investigation, because the simulatory act belongs to the internal sphere of the person and rarely manifests itself in a direct and unequivocal manner. Rotal jurisprudence has therefore developed a probative method founded on the convergence between direct proof and indirect proof. Direct proof finds its principal core in the confession of the simulator, whether judicial or extrajudicial, especially when confirmed by witnesses worthy of belief and consistent with the other elements in the acts of the case. Indirect proof results from the analysis of the *causa simulandi*, the *causa contrahendi* and the circumstances antecedent, concomitant and subsequent to the marriage. The *causa simulandi* makes it possible to understand why the contracting party would have excluded a determined essential element or property; the *causa contrahendi*, on the contrary, explains why he or she, despite that exclusion, decided to celebrate the marriage. The comparison between these two causes assumes particular importance, since it makes it possible to verify whether the simulatory will is proportionate, coherent and compatible with the overall conduct of the contracting party. The circumstances of the case must be evaluated not as isolated indications, but as reciprocally connected elements, capable of revealing the effective intention existing at the moment of consent. Moral certainty does not arise from a single and decisive proof, but from the harmonious convergence of all the elements lawfully introduced into the proceedings, assessed according to the criteria of credibility, internal coherence and external coherence indicated by can. 1572 CIC. In causes of simulation, the judge must not limit himself to recording declarations favorable or contrary to a

declaration of nullity, but must critically reconstruct the true matrimonial will of the contracting party in the light of the entire body of evidence [Sentence, § 14].